

PUBLICIDADE LEGAL

TERACOM TELEMÁTICA S.A.

CNPJ/MF Nº 02.820.966/0001-09 - NIRE Nº 43 3 0005711 9 - Capital Fechado

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os Senhores Acionistas da Teracom Telemática S.A. para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a se realizar em 20 de abril de 2023, às 14:00 horas, na sede da Companhia, na Rua América, nº 1000, Eldorado do Sul, RS para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária: 1) Aprovação das contas do exercício de 2022; 2) Destinação dos resultados do exercício de 2022; 3) Aprovação do orçamento de 2023; 4) Ratificar a escolha da empresa de auditoria para os trabalhos de auditoria do ano de 2022.

Os documentos objeto das deliberações da Assembleia Geral Ordinária ora convocada encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.

Eldorado do Sul, 10 de abril de 2023.

Claudia Gebinski - Conselheira

NOSSOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Departamento comercial (51) 3213 1333

Atendimento ao assinante (51) 3213 1300

Vendas de assinaturas (51) 3213 1326

Redação (51) 3213 1362

Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL

**JOSAPAR – JOAQUIM OLIVEIRA S.A.
PARTICIPAÇÕES**
CNPJ 87.456.562/0001-22
NIRE 43.300.009.882
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Ordinária

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **27 de abril de 2023, às 16:00 horas**, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;

b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

c) deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia no próximo mandato; e

d) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia e fixar o montante da remuneração dos administradores.

Informamos, em atenção ao disposto na Resolução CVM 70, de 22.03.2022, que o percentual mínimo de participação no capital votante, necessário ao requerimento de adoção do voto múltiplo, é de 5% (cinco por cento).

Porto Alegre/RS, 04 de abril de 2023.
Luciano Adures de Oliveira
Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

FERRAGENS VIANNA S.A. – IMPORTADORA E
 COMÉRCIO EM GERAL
 CNPJ 92.192.236/0001-95
 NIRE 43.300.016.901
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Ordinária
 Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 27 de abril de 2023, às 17:15 horas, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:
 a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
 b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e
 c) fixar o montante da remuneração dos administradores.
 Porto Alegre/RS, 04 de abril de 2023.
 A Diretoria
 Augusto Lauro de Oliveira Júnior
 Luciano Adures de Oliveira
 Sérgio Martins de Oliveira

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

REAL EMPREENDIMENTOS S.A.
 CNPJ 92.213.552/0001-04
 NIRE 43.300.011.429
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Ordinária

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **27 de abril de 2023**, às **15:00 horas**, na sede social, situada na cidade Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício-social encerrado em 31 de dezembro de 2022;

b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

c) deliberar sobre o número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia no próximo mandato; e

d) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia e fixar o montante da remuneração dos administradores.

Porto Alegre/RS, 04 de abril de 2023.
Augusto Lauro de Oliveira Júnior
 Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

PEROLI S.A. PARTICIPAÇÕES

CNPJ 01.093.994/0001-09

NIRE 43.300.034.381

Assembleia Geral Ordinária

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **27 de abril de 2023**, às **17:00 horas**, na sede social, situada na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes, 651 – 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
- deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e
- fixar o montante da remuneração dos administradores.

Porto Alegre/RS, 04 de abril de 2023.

A Diretoria

Augusto Lauro de Oliveira Junior

Luciano Adures de Oliveira

Sérgio Martins de Oliveira

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME 06.016.348/0001-53 - NIRE 43 3 0004554 4

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se na sede social da Ventos do Sul Energia S.A. ("Companhia"), situada na Avenida Carlos Gomes, nº 222, sala 701, Parte 4, Auxiliadora, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90480-000, às 10h (dez horas) do dia 25 de abril de 2023, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **ORDEM DO DIA:** (a) análise, discussão e aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer de Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício de 2022, além da distribuição dos dividendos. Todos os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária ora convocada se encontram à disposição dos Acionistas na sede da Companhia. Porto Alegre, 05 de abril de 2023.
Jose Castellanos Ybarra - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

Mega Negócios Imobiliários S/A

CNPJ 87.819.306/0001-52 - NIRE 43 3 0001885 7
CONVOCAÇÃO: Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária à realizar-se às 10:00h do dia 26 de abril de 2023, na sede social da Empresa sita à Rua Marechal Floriano 1094A, em Caxias do Sul RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:
I) ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: a) Tomar as contas da Diretoria, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31.12.2022. b) Deliberar sobre a destinação do lucro e distribuição de Dividendos. c) Outros assuntos de interesse social.
Caxias do Sul, 15 de março de 2023. **A Diretoria.**

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

COMERCIAL CESA S/A
CNPJ 88.614.235/0001-14 - NIRE 43 3 0001455 0
CONVOCAÇÃO: Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 10:30h, do dia 26 de abril de 2023, na sede social da Empresa sita à Rua Marechal Floriano 1094, em Caxias do Sul RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:
I) ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: a) Tomar as contas da Diretoria, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.2022. b) Deliberar sobre a destinação do lucro e distribuição de dividendos. c) Outros assuntos de interesse social.
Caxias do Sul, 18 de março de 2023. **A Diretoria.**

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

BIANCHINI S/A INDÚSTRIA COMÉRCIO E AGRICULTURA

CNPJ. 87.548.020/0001-80 – NIRE/JUCERGS 43300013715

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, às 15 horas do dia 25 de abril de 2023, na sede social, na rua Dos Andradas, 1121 - 10 andar, em Porto Alegre, RS, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: A – em **Assembleia Geral Ordinária**: 1) – Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, com pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31/12/22. 2) – Destinação do lucro líquido do exercício e dos dividendos estatutários. 3) – Fixação da remuneração da diretoria. B- em **Assembleia Geral Extraordinária**: 1) – Deliberar sobre o aumento do capital social com a incorporação de lucros e reservas e consequente alteração do art. 6º do estatuto social.

Porto Alegre, 03 de abril de 2023
ARLINDO BIANCHINI - Diretor Presidente

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br


☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

 **COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DA REGIÃO ALTOS DA SERRA - SICREDI ALTOS DA SERRA RS/SC**
CNPJ N.º 92.555.150/0001-80

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Modalidade Digital

O Presidente da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento da Região Altos da Serra – Sicredi Altos da Serra RS/SC, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 14 do Estatuto Social, convoca os senhores delegados de núcleo eleitos nas respectivas Assembleias, que nesta data somam 104 (cento e quatro), para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada no dia 26 de abril de 2023, às 07h30 (sete horas e trinta minutos), em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados, em segunda e última convocação, às 08h30 (oito horas e trinta minutos), com a presença da metade dos delegados mais um. A Assembleia ocorrerá na modalidade **digital**, transmitida da sede da Cooperativa, localizada na Rua Olívio Zanini, n.º 553, Loteamento do Pórtico, Bairro São Paulo, nesta cidade, para todos os delegados, simultaneamente, por meio de videoconferência, utilizando a plataforma Microsoft Teams*, para deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

1. Prestação de contas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, compreendendo:
 - a) relatório da gestão;
 - b) balanço dos dois semestres do correspondente exercício;
 - c) demonstrativo das sobras ou perdas;
 - d) parecer da auditoria;
 - e) parecer do Conselho Fiscal.
2. Alteração do Regulamento do Fundo de Expansão;
3. Criação do Fundo de Fomento a Novas Associações e aprovação de seu respectivo Regulamento;
4. Destinação das sobras;
5. Eleição dos componentes do Conselho de Administração;
6. Fixação do valor dos honorários, gratificações, benefícios e remuneração variável do Presidente, honorários, gratificações e benefícios para o Vice-Presidente e das cédulas de presença para os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;
7. Homologação da Política de Sucessão de Administradores;
8. Outros assuntos de interesse do quadro social (caráter não deliberatório);

Tapejara-RS, 10 de abril de 2023

Mario Antonio Maurina
Presidente

OBSERVAÇÕES:

1. A Assembleia se realizará em formato **digital**, cuja modalidade está amparada pelo art. 17-A da Lei Complementar nº 130/2009, bem como na Instrução Normativa DREI n.º 81, de 10 de junho de 2020.
2. A Política de Sucessão de Administradores e os Regulamentos dos Fundos de Expansão e de Fomento a Novas Associações encontram-se à disposição na sede da Cooperativa.
3. **Instruções para participação e votação na videoconferência na data e horário indicado através da Plataforma Teams:** Serão disponibilizados aos Delegados as instruções e o link de acesso à Assembleia Geral, através de e-mail ou whatsapp, acessível através de navegador ou aplicativo de smartphone compatível com os sistemas IOS e Android. Os mecanismos utilizados permitirão aos Delegados que se identifiquem, assim como exerçam seu direito a voz e voto, em tempo real, mediante atuação remota através de áudio, vídeo e chat. Para acesso basta clicar no *link* e preencher sua identificação, oportunidade em que será admitido seu ingresso na Assembleia.
4. A Assembleia será gravada eletronicamente.

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS

BAIXE O
APP JC

Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão

Acesso ilimitado para assinantes JC:

Últimas notícias
Versão para folhear
Notificações das notícias mais importantes



PUBLICIDADE LEGAL

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. – CEEE-D
 Companhia Aberta
 CNPJ/MF n.º 08.467.115/0001-00 - NIRE 433000469151 Código CVM n.º 02064-8

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2023. COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. – CEEE-D ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º a 6º da Resolução da CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), convocar a Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 28 de abril de 2023, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) proposta da administração para a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iv) fixação do número de membros do Conselho de Administração; (v) proposta da administração para a eleição dos membros efetivos do Conselho de Administração; (vi) enquadramento, para fins do Anexo K da Resolução CVM nº 80 de 2022, de membros e candidatos ao Conselho de Administração dos requisitos previstos na regulamentação aplicável; (vii) instalação do Conselho Fiscal da Companhia; (viii) fixação do número de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; (ix) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; e (x) proposta da administração para a fixação da remuneração global anual dos administradores e membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2023. Para participação na Assembleia, o acionista deverá se cadastrar, impreterivelmente até o dia 26 de abril de 2023, inclusive, mediante solicitação pelo e-mail assembleia.ceeed@equatorialenergia.com.br, fornecendo as informações e documentos indicados no Edital de Convocação. O Edital de Convocação e a Proposta de Administração para a AGO estão disponíveis na página da Companhia (<https://ri.equatorialenergia.com.br/>), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

equatorial
ENERGIA



BAIXE O
APP JC

DISPONÍVEL NO Google play

DISPONÍVEL NA App Store

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!

PUBLICIDADE LEGAL

 <p>banrisul armazéns gerais</p>	 <p>RS NOVAS FAÇANHAS</p>
<p>BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S/A CNPJ/MF 92.721.232/0001-57 NIRE ° 4330003183</p>	
<p>EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA</p>	
<p>Convidamos os Senhores Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S/A a comparecer às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que serão realizadas dia 28 de abril 2023, às 11 horas, na Sede da empresa, localizada na Av. Getúlio Vargas, nº 8201, em Canoas/RS, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:</p>	
<p>EM REGIME DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA</p>	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; 3. Deliberar sobre a proposta de Orçamento de Capital elaborada para fins do Art. 196, da Lei nº 6.404/76; 4. Deliberar sobre o montante da verba destinada à remuneração global dos Administradores, bem como a remuneração individual dos membros do Conselho Fiscal; 5. Eleger os membros do Conselho de Administração; 6. Eleger os membros do Conselho Fiscal, efetivo e respectivo suplente, observadas as disposições constantes do Art. 162 da Lei nº 6.404/76. 	
<p>EM REGIME DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA</p>	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Deliberar sobre a proposta de alteração do Estatuto Social, no seguinte sentido: (i) incluir novo parágrafo quarto no artigo 10, relativo à ausência ou impedimento temporário do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração; (ii) renumerar o parágrafo quarto, do artigo 10, para parágrafo quinto; (iii) renumerar o parágrafo quinto, do artigo 10, para parágrafo sexto; (iv) renumerar o parágrafo sexto, do artigo 10, para parágrafo sétimo; (v) renumerar o parágrafo sétimo, do artigo 10, para parágrafo oitavo; (vi) incluir novo parágrafo nono no artigo 10, referente ao quórum para deliberação em reunião; (vii) renumerar o parágrafo oitavo, do artigo 10, para parágrafo décimo; (viii) ajustar a redação do artigo 13 para melhoria redacional; (ix) alterar o parágrafo segundo, do artigo 17, para ajuste da redação e da regra de representação; (x) inserir novo parágrafo terceiro no artigo 17, para inclusão de regra dos instrumentos de mandatos; (xi) renumerar o parágrafo terceiro, do artigo 17, para parágrafo quarto; (xii) renumerar o parágrafo quarto, do artigo 17, para parágrafo quinto; (xiii) renumerar o parágrafo quinto, do artigo 17, para parágrafo sexto; (xiv) incluir parágrafo único no artigo 18, realocando os itens "b" e "c" do artigo 17 visando melhor enquadramento; (xv) excluir item "m" do artigo 19, contemplado no novo parágrafo terceiro do artigo 17; e renumerar os itens "n" para "m" e "o" para "n"; (xvi) renumerar o parágrafo primeiro, do artigo 19, para parágrafo único; (xvii) excluir parágrafo segundo do artigo 19, considerando a previsão no novo parágrafo terceiro do artigo 17. 2. Consolidar o Estatuto Social para refletir as alterações referidas no item "1" acima. 	
<p>Nos termos do parágrafo primeiro do Art. 126, da Lei nº 6.404/76, os acionistas poderão ser representados por mandatários. Com o objetivo de organizar os trabalhos das Assembleias, o instrumento de mandato e os demais atos societários que comprovem a regularidade da representação podem, a critério do acionista, ser depositados na Sede da Companhia, em Canoas/RS, na Av. Getúlio Vargas, nº 8201, no setor Secretaria, preferencialmente, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data prevista para a realização das Assembleias Gerais. Os documentos relativos aos itens das Ordens do Dia encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na Sede Social da Companhia.</p>	
<p>Canoas, 06 de abril de 2023.</p>	
<p>Marivania Ghisleni Fontana Presidente do Conselho de Administração</p>	

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

Fagundes Construção e Mineração S.A.

CNPJ: 90.272.337/0001-40 - NIRE: 43.300.057.305

Balanco patrimonial em 31 de dezembro Em milhares de reais			
Ativo	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	254.104	73.482	75.919
Contas a receber de clientes	238.979	194.972	200.208
Estoques	35.221	23.261	24.375
Tributos a recuperar	19.087	11.060	11.386
Outros ativos	24.559	6.141	6.797
	<u>571.950</u>	<u>308.916</u>	<u>318.685</u>
Não circulante			
Partes relacionadas	431	16.180	10.701
Tributos a recuperar	4.638	8.234	8.234
Depósitos judiciais	3.805	4.185	4.185
Outros ativos	7.834	7.595	9.895
	<u>16.708</u>	<u>36.194</u>	<u>33.015</u>
Propriedades p/ investimento	-	262.690	308.647
Investimentos em controladas	-	74.293	-
Intangível	-	-	3.393
Imobilizado	704.998	538.811	581.149
	<u>704.998</u>	<u>875.794</u>	<u>893.189</u>
Total do ativo	1.293.656	1.220.904	1.244.889

Demonstração das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais					
	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2020	187.920	2.992	10.839	181.195	382.946
Lucro líquido do exercício	-	-	-	63.796	63.796
Destinação do lucro:					
Constituição de reserva legal	-	-	3.190	(3.190)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	60.606	(60.606)
Em 31 de dezembro de 2021	187.920	2.992	14.029	241.801	446.742
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.778	5.778
Cisão	(138.739)	(2.769)	(11.500)	(228.058)	(381.066)
Destinação do lucro:					
Constituição de reserva legal	-	-	289	(289)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	5.489	(5.489)
Em 31 de dezembro de 2022	49.181	223	2.818	19.232	71.454

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Fagundes Construção e Mineração S.A. inscrita no CNPJ sob nº 90.272.337/0001-40, possui sede em Portão, A sociedade tem por objeto a prestação de serviços de jazidas minerais, terraplanagem, obras portuárias, marítimas e fluviais, tais como: barragens, represas e diques, exceto para energia elétrica, pavimentação, saneamento, serviços de construção civil, perfurações, desmontes, escavação e remoção de terras em terrenos urbanos e/ou rurais, transporte de cargas por via rodoviária com caminhões, incorporação de imóveis, compra e venda de imóveis próprios, participação em outras sociedades, aluguel de máquinas e equipamentos para construção, extração de minérios e petróleo, sem operador, exceto andáimes, e o que mais convier concernente ramo. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria. Foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, em conformidade com as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. **3. PRÁTICAS CONTÁBEIS:** **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixas e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **3.2 Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método de custo médio ponderado. O valor realizável líquido é o preço de compra estimado para o curso normal dos negócios, acrescidos dos custos e despesas de compra. **3.3 Imposto de renda e contribuição social:** A Empresa optou pelo regime de tributação do Lucro Real no período em curso, e calcula o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) corrente com base nas alíquotas de 25% sobre o lucro tributável para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, sobre o lucro tributável. Os saldos são reconhecidos no resultado da Empresa pelo regime de competência. **3.3.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. **3.4 Imobilizado:** O imobilizado compreende principalmente terrenos, edificações, veículos, máquinas e equipamentos e está mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de veículos e máquinas e equipamentos na data de 1º de janeiro de 2009. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição dos itens. Os valores residuais e a vida útil

dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixa para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. (nota 3.5) Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: Máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, instalações e outros - 10 anos; Equipamentos de informática - 5 anos; Edificações - 80 anos; Veículos e Equipamentos - 3 anos. **3.5 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **3.6 Impairment de ativos financeiros:** A empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Ativos mensurados ao custo amortizado são revisados a cada período do relatório para avaliar se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. A Empresa avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment. Os critérios que a Empresa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; (v) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo as mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira e as condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

Relatório da Administração

Senhores acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter-lhes à apreciação as demonstrações financeiras da Companhia, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 estão disponíveis nos endereços: <https://www.fagundes.com/site/>; <https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal>.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.			
	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022 2021
Receita líquida	1.025.487	879.040	521.293 916.238
Custo dos serv. prest.	(898.327)	(721.279)	(466.172) (749.375)
Lucro bruto	127.160	157.761	55.121 166.863
Desp. gerais e administ.	(49.760)	(43.313)	(28.677) (50.614)
Despesas com vendas	(125)	(265)	(89) (265)
Outras rec. oper., liq.	21.918	15.581	13.368 22.489
Participação nos lucros de controladas	137	6.152	- -
Lucro oper. antes do resultado financeiro	99.330	135.916	39.723 138.473
Receitas financeiras	2.158	1.938	793 2.057
Despesas financeiras	(73.240)	(43.842)	(29.436) (44.108)
Res. financ., líquido	(71.082)	(41.904)	(28.643) (42.051)
Lucro antes do IR e da contribuição social	28.248	94.012	11.080 96.422
IR e contribuição social	(22.470)	(30.216)	5.560 (32.626)
Lucro liq. do exercício	5.778	63.796	16.640 63.796

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais			
	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2022 2021
Fluxos de caixa das ativ. operacionais	28.248	94.012	11.080 96.422
Ajustes			
Depreciação	131.223	124.557	65.731 126.013
Prov. (rev.) p/ contingências	(1.603)	30	(422) 30
Perda na venda de ativo imobilizado	(14.465)	(28)	(7.202) (287)
Res. de equiv. patrim. Variação no valor justo de propried. p/ invest.	(137)	(6.152)	- -
Provisão de juros de emprést. e financiam.	(14.623)	(439)	(19.244)
Var. nos ativos e passivos	70.551	40.732	29.022 40.870
Fluxos de caixa das ativ. de investimento	213.817	238.268	97.770 243.804
Redução (aumento) no.. contas a receber	(54.677)	(52.456)	(32.894) (51.828)
Red. (aum.) nos estoques	(11.960)	(6.580)	(12.282) (6.573)
Redução (aumento) de tributos a recuperar	(4.431)	(1.078)	(5.232) (1.090)
Redução (aumento) de depósitos judiciais	380	(32)	143 (32)
Redução (aumento) de outros ativos	(23.568)	(3.591)	(21.622) (3.821)
Aum. (red.) de fornec. Aumento (redução) de impostos a pagar	(5.330)	17.184	16.171 17.686
Aumento (redução) de outros passivos	(1.570)	2.355	(1.446) 2.368
Caixa ger. pelas ativ. operacionais	9.286	24.583	4.678 24.640
IR e CS pagos	121.947	218.653	45.286 225.154
Juros s/ empréstimos e financiamentos pagos	(45.566)	(31.525)	(18.215) (31.667)
Caixa liq., proven. das ativ. operac.	76.381	186.774	26.680 192.472
Fluxos de caixa das ativ. de investimento			
Dividendos recebidos	90	-	- -
Aquisições de propriedades p/ invest.	(28)	(211)	(84) (384)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(384.444)	(173.539)	(191.516) (175.892)
Valor rec. na venda de propried. p/ invest.	-	-	1.130 380
Valor recebido na venda de imobilizado	40.179	8.839	17.399 8.839
Caixa liq. aplic. das atividades de invest.	(344.203)	(164.911)	(173.071) (167.057)
Fluxos de caixa das ativ. de financiam.			
Amortiz. de emprést. sobre Debêntures	(186.065)	(209.013)	(118.213) (209.238)
Amortiz. de emprést. Debênt.	(20.000)	-	- -
Ingressos de empréstimos	687.348	120.622	235.874 120.622
Ingressos de emprést. Debêntures	-	120.000	(10.000) 120.000
Pagamentos dividendos sobre Debêntures	(17.297)	(6.191)	(11.282) (6.191)
Partes relacionadas	(15.542)	(9.309)	(9.307) (12.313)
Caixa líquido gerado nas ativ. de financ.	448.444	16.109	87.072 12.880
Aum./Red. de caixa e equiv. de caixa	180.622	37.972	(59.319) 38.295
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	73.482	35.510	75.919 37.624
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	254.104	73.482	16.600 75.919

O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Empresa pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor ou realização do ativo em caixa), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **3.7 Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **3.8 Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas de produtos a prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa. A empresa baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço a ser prestado. **3.9 Riscos e Contingências:** A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos. A administração, com base na opinião de assessores jurídicos, faz análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, entende que não são esperadas perdas relevantes em processos envolvendo a Empresa. **4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS:** Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo. **4.1 Propriedades para investimento:** Desde 1º de janeiro de 2009, as propriedades para investimento passaram a ser reconhecidas de acordo com as premissas dispostas no CPC 26 (Propriedades para investimentos), sendo seu valor justos avaliados no final de cada exercício através de laudos de avaliação e reconhecido em contrapartida ao resultado. **4.2 Reconhecimento da Receita:** A Empresa reconhece a receita quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos serviços prestados são transferidos para o cliente. O critério adotado para reconhecimento da receita é a data em que a medição é efetuada, levando-se em consideração a última medição realizada para emissão da nota fiscal. Para a receita que difere do período

em que é emitida a nota fiscal, constitui-se uma provisão para recebimento de receitas em períodos futuros. A Empresa reduz da receita bruta no encerramento do exercício os seus respectivos impostos sobre os serviços prestados, bem como os descontos concedidos em contratos, demonstrando desta forma a receita líquida auferida no período. **4.3 Determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis:** As vidas úteis dos imobilizados foram determinadas através de laudos de avaliações e são revisadas anualmente pela Empresa. Todos os possíveis impactos das revisões das vidas úteis são reconhecidos sempre prospectivamente nas demonstrações financeiras da Empresa. **5. CAPITAL SOCIAL E DESTINAÇÃO DE RESULTADOS:** O Capital Social compõe-se de 140.516.056 ações pertencentes a acionistas residentes e domiciliados no país sem valor nominal, perfazendo um total de R\$ 49.180.619,60 (Quarenta e nove milhões, cento e oitenta mil e seiscentos e setenta e sete reais e sessenta centavos), de capital social totalmente subscrito. No decorrer do exercício não foram distribuídos lucros.
Diretora Presidente: Nelsi Haas Fagundes
CPF 235.959.140-15
Diretor Operacional: Diogo Eduardo Fagundes
CPF 893.495.390-04
Diretor Administrativo: Sílvio Alencar Fagundes
CPF 717.780.470-68
Diretor Comercial: José Fernando Fagundes
CPF 639.086.200-82
Marçal Duarte Velho - Contador
CPF: 652.413.980-15 - CRC/RS nº 76.513



Jornalismo sério e de credibilidade

No impresso, no digital e aonde mais o futuro nos levar!

Acompanhe nossos conteúdos pelas nossas redes sociais:



PUBLICIDADE LEGAL

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T
 cpfl transmissão
 Uma empresa do Grupo CPFL Energia
 Companhia Aberta - CNPJ 92.715.812/0001-31 - NIRE 43.300.007.693

Ata da 239ª Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 14 de Fevereiro de 2023

I. Dia, Hora e Local: Aos 14 (quatorze) dias de fevereiro de 2023, às 14h00 (quatorze horas), na sede social da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T ("CPFL Transmissão" ou "Companhia"), localizada na Rua Dr. João Inácio, nº 859, Bairro Navegantes, CEP 90230-181, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. **II. Convocação:** Dispensada a convocação, nos termos do art. 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, em vista da presença da acionista CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda. ("CPFL Cone Sul" ou "Acionista"), representando a totalidade do capital social. **III. Presença:** Compareceu à Assembleia a acionista CPFL Cone Sul, representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica no "Livro de Presença de Acionistas". **IV. Mesa:** Presidente, André Luis Gomes da Silva, e Secretário, Pedro Vitor Dias Trindade. **V. Ordem do Dia:** (i) Eleição de membro do Conselho de Administração da Companhia; (ii) **Tomar conhecimento** da atualização dos valores monetários referentes às competências estatutárias e consequente ajuste no Estatuto Social da Companhia; e (iii) **Aprovar** a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia para torná-lo semelhante ao Estatuto Social das demais empresas da Categoria B do Grupo CPFL. **VI. Leitura de Documentos, Recebimento de Votos e Lavratura da Ata:** (1) dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral Extraordinária, uma vez que são do inteiro conhecimento do acionista; (2) autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão da assinatura do acionista, nos termos do art. 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 6.404/76; (3) dispensada, por unanimidade, a presença de membros da administração da Companhia e do auditor independente, nos termos do art. 134, parágrafo 2º, da Lei nº 6.404/76. **VII. Deliberação:** Após a análise e discussão relacionadas às matérias constantes da Ordem do Dia, a Acionista deliberou por: (i) **Eleger** o Sr. **Futao Huang**, chinês, casado, engenheiro, portador do RNE nº G3629375, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF) sob o nº 239.777.588-37, com endereço comercial na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632, parte, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397, na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, como **Membro do Conselho de Administração da Companhia**, com prazo de mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2023. O membro do Conselho de Administração ora eleito tomará posse mediante assinatura do Termo de Posse e declara estar desimpedido, nos termos do artigo 147, §1º, da Lei das Sociedades por Ações e nos termos da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022. (ii) **Tomaram conhecimento** da atualização dos valores monetários, nos termos do art. 35 do Estatuto Social, referentes às competências estatutárias e consequente ajuste no Estatuto Social da Companhia para refletir os novos valores, conforme consolidação que segue anexa a esta ata. (iii) **Aprovaram** a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia para torná-lo semelhante ao Estatuto Social das demais empresas da Categoria B do Grupo CPFL, conforme consolidação que segue anexa a esta ata. **VIII. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos até a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. Única acionista CPFL Cone Sul. (por seus representantes Ricardo Motoyama de Almeida e Flávio Henrique Ribeiro). A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. Porto Alegre, 14 de fevereiro de 2023. **Mesa:** **André Luis Gomes da Silva** - Presidente da Mesa; **Pedro Vitor Dias Trindade** - Secretário. **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul** - Certifico registro sob o nº 8842769 em 04/04/2023 da empresa COMPANHIA ESTADUAL DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-T. CNPJ 92715812000131 e Protocolo 230726453 - 08/03/2023. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

Jornal do Comércio
 O Jornal de economia e negócios do RS

BAIXE O
APP JC

Jornalismo sério e de credibilidade na palma da sua mão

Acesso ilimitado para assinantes JC:

Últimas notícias
 Versão para folhear
 Notificações das notícias mais importantes



CASA DAS CORRENTES INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, de acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os documentos relativos às Demonstrações Financeiras, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, permanecendo à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarmos necessários. A Administração

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de reais)
Ativo Circulante: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Estoques, Devedores diversos, Despesas antecipadas, Ganhos não realiz. com derivativos, Total do ativo circulante, Não circulante, Depósitos judiciais, Impostos a recuperar, IR e contribuição social diferidos, Imobilizado e intangível, Total do ativo não circulante, Total do ativo.
Passivo Circulante: Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Obrigações sociais a pagar, Impostos e contribuições a recolher, Juros s/ cap. próprio e divid. a pagar, Créditos de sócios, Adiantamento de clientes, Credores diversos, Total do passivo circulante, Não circulante, Empréstimos e financiamentos, Provisões para litígios, Impostos e contribuições a recolher, Total do passivo não circulante, Patrimônio líquido, Capital social, Reservas de incentivos fiscais, Reservas de lucros, Total do patrimônio líquido, Total do passivo e patrimônio líquido.

Demonstrações dos resultados
Receita operacional líquida, Custo dos produtos vendidos, Lucro bruto, Receitas (despesas) operacionais, Com vendas, Gerais e administrativas, Outras rec., despesas operacionais, Lucro operac. antes result. financeiro, Resultado financeiro, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Variação cambial, líquida, Lucro antes do IR e da contrib. social, Corrente, Diferidos, Lucro líquido do exercício.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Reserva de lucros, Lucros acumulados, Total, Nota explicativa, Capital social, Reservas de incentivos fiscais, Reserva legal, Reserva de lucros, Lucros acumulados, Total, Fluxo de caixa das ativ. operacionais, Lucro antes do IR e da contrib. social, Ajustes por: Depreciação e amortização, Ganho na venda de ativo imobilizado, Tributos não recup. na baixa do imobil., Provisão para perda estoque, Provisão devedores duvidosos, Provisão para litígios, Resultado nas operações com derivativos, Encargos sobre emprést. e financ. e variação cambial.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Fluxo de caixa das ativ. operacionais, Lucro antes do IR e da contrib. social, Ajustes por: Depreciação e amortização, Ganho na venda de ativo imobilizado, Tributos não recup. na baixa do imobil., Provisão para perda estoque, Provisão devedores duvidosos, Provisão para litígios, Resultado nas operações com derivativos, Encargos sobre emprést. e financ. e variação cambial, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa das atividades de financiamento, Saldo no início do exercício, Adições, Recebimento, Baixa para perda, Saldo no fim do exercício.

1. Informações gerais: A Casa das Correntes Indústria e Comércio S.A. é uma sociedade anônima fechada, com sede na cidade de Porto Alegre (RS) e filial em Goiânia (GO). Atua como distribuidor de correntes de transmissão, oferecendo soluções de transmissão mecânica, com linha completa de produtos e serviços para equipamentos industriais e agrícolas. Os principais produtos vendidos são correntes, rolagens, rodas dentadas, esteiras e elevadores. Os centros de distribuição em Cachoeirinha (RS) e Goiânia (GO) atendem clientes em todo o Brasil. Em 01 de abril de 2021, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, foi aprovada a incorporação da TC Falgatter Comercio Exterior, pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. A incorporação está inserida em um projeto de reorganização operacional e societária das partes devendo resultar em melhor eficiência econômica, ganhos de sinergia e diminuição de custos operacionais e financeiros. Como resultado desta incorporação, a TC Falgatter foi extinta de pleno direito e a Companhia tornou-se sua sucessora. acervo líquido da TC foi avaliado em 01 de abril de 2021, com base no valor contábil, pelo montante de R\$ 515 conforme Laudo de Avaliação Contábil Para Fins de Incorporação, emitido por empresa independente especializada. O acervo líquido contábil avaliado está apresentado como segue:

Ativo Contas a receber de clientes, Impostos a recuperar, Total dos Ativos Incorporados, Passivo Fornecedores, Juros sobre Capital Próprio a Pagar, Total dos passivos assumidos, Acervo Líquido, Não houve na Empresa TC Falgatter, operações em resultado no exercício de 2021. Efeitos da COVID-19 nas demonstrações financeiras: A Administração da Empresa vem acompanhando as questões relacionadas a pandemia do Coronavírus (COVID-19) e tem tomado ações no sentido de preservar seus colaboradores e a continuidade operacional de seus negócios. A Empresa adotou e permanece ativa, durante todo o período da pandemia, as medidas de prevenção para auxiliar no controle da disseminação do Coronavírus (COVID-19), reforçando os protocolos e medidas de segurança sanitária. A Empresa não registrou durante este exercício, bem como não anteve, neste momento, comprometimento relevante da capacidade operacional e financeira que possam afetar a sua continuidade. A Administração entende que não houve eventos e transações que tenham impacto relevante em sua posição financeira ou de performance operacional, que devam ser consideradas em divulgações adicionais de notas explicativas, além daquelas já existentes.

2. Principais políticas contábeis: a) Bases de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade para Pequenas e Médias Companhias (Pronunciamento CPC-PME), emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da Resolução CFC nº 1.255/09 (NBC T 19.41) e revisões posteriores. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018. Não houve mudanças nas políticas contábeis da Companhia em relação às políticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 31 de março de 2023. b) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou são prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. c) Contas a receber de clientes: As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As perdas de crédito esperadas são analisadas e constituídas a partir do valor faturado ao cliente, com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes. A provisão para os devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência. d) Estoques: Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda. Matérias-primas, materiais auxiliares e de manutenção - custo de aquisição segundo o custo médio. Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, excluindo os custos de empréstimos. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. e) Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos da sua depreciação acumulada. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os serviços profissionais e demais gastos utilizados na construção do ativo. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 8 que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. f) Intangível: Está registrado ao custo de aquisição e deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. g) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil do imobilizado e ativos intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver indicação de um problema de recuperação, o valor recuperável do ativo é

10. Empréstimos e financiamentos
Modalidade, Taxa - %, 31/12/2022, 31/12/2021, Finimp Tx. 1,90% a.a. + SOFR 12m, CDC veículos Tx. 16,33% a.a., Capital de Giro Tx. 3,00% a.a. + CDI a 8,99% a.a., Empr. Intern. Lin 4131 Tx. 3,24% a.a. a 3,5% a.a. + CDI, Circulante, Não circulante.

11. Impostos e contribuições a recolher
2022, 2021, Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), Contribuições sociais s/ prestação serviços, Imposto s/Produtos Industrializados (PI), Progr. Especial Regul. Tributária (PERT) (a), Imposto Circulação de Mercadorias (ICMS), Outros, Total circulante, Progr. Especial Regul. Tributária (PERT) (a), Total.

(a) O Programa Especial Regulamentação Tributária (PERT)/2017 refere-se ao pagamento de débito fiscal de imposto sobre Produtos Industrializados (PI). O saldo devedor em 31 de dezembro de 2022 será liquidado em 84 parcelas, conforme cronograma de parcelamento aderido à época. 12. Provisão para litígios e depósitos judiciais: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, bem como, na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante

13. Transações com partes relacionadas: As transações comerciais praticadas com partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos entre as partes, que consideram o volume das transações e inexistência de riscos de crédito e, dessa forma, não são comparáveis com as transações praticadas entre partes não relacionadas. 31/12/2022, 31/12/2021, Duplicatas a receber: Metalúrgica Falgatter Ltda., Passivo: Duplicatas a pagar: Metalúrgica Falgatter Ltda., Selicôm Adm. e Partic. Ltda., Mútuo, Crédito de sócio, Juros sobre capital próprio e dividendos, Juros s. capital próprio e dividendos a pagar, Resultado: Vendas de produtos: Metalúrgica Falgatter Ltda., Compra de produtos: Metalúrgica Falgatter Ltda., Aluguéis: Selicôm Adm e Part Ltda., Termos e condições de transações da Companhia: Os saldos em aberto no encerramento do período não têm garantias e serão liquidados em dinheiro, em prazos similares a operação com terceiros. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

6. Estoques 31/12/2022, 31/12/2021, Estoque de materiais e produtos, Estoque p/insumos da produção, Importações em andamento, Adiant. a fornec. - fornecedores, Adiant. a fornec. - importação, (-) Prov. p/perdas e desvalorização, Saldo no início do exercício, Constituição de provisão, Saldo no fim do exercício, 7. Impostos a recuperar 31/12/2022, 31/12/2021, ICMS a recuperar, IPI a recuperar, IRPJ/CSLL a compensar, PIS/COFINS a recuperar, Outros, Não circulante: ICMS a recuperar, Remuneração da Administração: A remuneração da Administração ocorre por meio de pagamento de pró-labore. Em 31 de dezembro de 2022 a remuneração total relativa aos beneficiários de curto prazo da Administração da companhia foi de R\$ 559 (R\$ 366 em 2021). Estas despesas estão apresentadas na demonstração do resultado nas rubricas de "despesas administrativas". Não houve pagamento às suas pessoas chave de remuneração em outras categorias como: i) benefícios de longo prazo, ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e iii) remuneração baseada em ações. 14. Imposto de renda e contribuição social: a) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como segue: Lucro antes do IR e da CSLL, Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal de 34%, Juros sobre o capital próprio, Despesas não dedutíveis, Imposto de renda contrib. social no resultado do exercício, Composição do IR e da contrib. social no resultado do exercício: Corrente, Diferido, b) Composição dos saldos de impostos diferidos: A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos está descrita a seguir: Ativo, Provisões: Perdas nos estoques, Devedores duvidosos, Trabalhistas, Judiciais, Comissões, Despesas diversas, Resultado Oper. c/ Derivativos, Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL não circulante, 15. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado é composto pelo valor em reais de R\$2.100.000, distribuídos entre os acionistas, conforme tabela abaixo expressa: Acionista, Saldo, Participação - %, Eliana M. W. Neumann, Cristiane W. Neumann Holl, Carolina W. Neumann, Camila W. Neumann, Total, b) Reserva de lucros: Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. Reservas de incentivos fiscais: Incentivo fiscal de ICMS oriundos do Decreto Estadual nº 4.852/97, Estado de Goiás. O benefício foi encerrado em 2011. Continua >>>

»»» Continuação			Casa das Correntes Indústria e Comércio S.A.		Notas Explicativas																																																																																																																																
<p>c) Distribuição de lucros: A Administração atribuiu, com base no resultado de 31 de dezembro de 2022, a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$1.655 (R\$1.070 em 2021), calculados de acordo com os limites previstos na Legislação. Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado como juros sobre o capital próprio foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social e o benefício tributário oriundo dessa dedução foi de R\$ 562 (R\$363 em 2021). Para fins de adequação da apresentação das demonstrações financeiras, referidos juros foram tratados como se fosse distribuição de lucros e foram apresentados como redução a lucros acumulados no patrimônio líquido. O estatuto social da Companhia prevê o cálculo do dividendo mínimo obrigatório com base em 25% do lucro líquido do exercício.</p>					<p>18. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Outras receitas:</td> <td>19</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Receita de incentivos fiscais</td> <td>2</td> <td>39</td> </tr> <tr> <td>Ganho na venda de ativo</td> <td>-</td> <td>77</td> </tr> <tr> <td>Redução de Juros Parcel. - PERT</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Recup. PIS COFINS - redução base de cálculo ICMS</td> <td>-</td> <td>162</td> </tr> <tr> <td>Outras despesas:</td> <td>(2)</td> <td>(2)</td> </tr> <tr> <td>Multas</td> <td>(13)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Doações e brindes</td> <td>(277)</td> <td>(89)</td> </tr> <tr> <td>Auto de infração IPI - valor juros</td> <td>(271)</td> <td>188</td> </tr> <tr> <td>Outras receitas (desp.), líquido</td> <td>(271)</td> <td>188</td> </tr> </tbody> </table>						31/12/2022	31/12/2021	Outras receitas:	19	1	Receita de incentivos fiscais	2	39	Ganho na venda de ativo	-	77	Redução de Juros Parcel. - PERT	-	-	Recup. PIS COFINS - redução base de cálculo ICMS	-	162	Outras despesas:	(2)	(2)	Multas	(13)	-	Doações e brindes	(277)	(89)	Auto de infração IPI - valor juros	(271)	188	Outras receitas (desp.), líquido	(271)	188	<p>b) Risco de liquidez: É o risco de a Empresa não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descaimento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez da caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados em 31 de dezembro de 2022:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>31 de dezembro de 2022</th> <th>Valor contábil</th> <th>Fluxo de caixa contratual</th> <th>1 ano</th> <th>2 anos</th> <th>3 anos</th> <th>Mais de 4 anos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Passivos financeiros não derivativos</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Financiamentos e empréstimos</td> <td>19.896</td> <td>-</td> <td>16.049</td> <td>3.847</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>17.323</td> <td>17.323</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>37.219</td> <td>17.323</td> <td>16.049</td> <td>3.847</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table> <p>31 de dezembro de 2021</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Valor contábil</th> <th>Fluxo de caixa contratual</th> <th>1 ano</th> <th>2 anos</th> <th>3 anos</th> <th>Mais de 4 anos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Financiamentos e empréstimos</td> <td>917</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>18.301</td> <td>18.301</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>19.218</td> <td>18.301</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>					31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	1 ano	2 anos	3 anos	Mais de 4 anos	Passivos financeiros não derivativos							Financiamentos e empréstimos	19.896	-	16.049	3.847	-	-	Fornecedores	17.323	17.323	-	-	-	-	Total	37.219	17.323	16.049	3.847	-	-	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	1 ano	2 anos	3 anos	Mais de 4 anos	Financiamentos e empréstimos	917	-	-	-	-	Fornecedores	18.301	18.301	-	-	-	Total	19.218	18.301	-	-	-	<p>21. Seguros: Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas que considera a natureza e o grau de riscos envolvidos, de acordo com a orientação de seus consultores de seguros. As coberturas contratadas estão demonstradas a seguir:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Finalidade do seguro</th> <th>Importância segurada</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Compreensivo empresarial</td> <td>35.400</td> </tr> <tr> <td>Responsabilidade civil geral</td> <td>4.000</td> </tr> <tr> <td>Veículos</td> <td>200</td> </tr> <tr> <td>Lucros cessantes</td> <td>37.000</td> </tr> </tbody> </table> <p>22. Eventos Subsequentes: No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transitadas em julgado, a partir de mudança posterior de entendimento da corte, em questões tributárias. Analisamos as decisões individuais transitadas em julgado, e não identificamos nenhum caso em que tenha havido modificação do entendimento pelo Supremo Tribunal Federal posteriormente, em controle de constitucionalidade.</p>					Finalidade do seguro	Importância segurada	Compreensivo empresarial	35.400	Responsabilidade civil geral	4.000	Veículos	200	Lucros cessantes	37.000												
	31/12/2022	31/12/2021																																																																																																																																			
Outras receitas:	19	1																																																																																																																																			
Receita de incentivos fiscais	2	39																																																																																																																																			
Ganho na venda de ativo	-	77																																																																																																																																			
Redução de Juros Parcel. - PERT	-	-																																																																																																																																			
Recup. PIS COFINS - redução base de cálculo ICMS	-	162																																																																																																																																			
Outras despesas:	(2)	(2)																																																																																																																																			
Multas	(13)	-																																																																																																																																			
Doações e brindes	(277)	(89)																																																																																																																																			
Auto de infração IPI - valor juros	(271)	188																																																																																																																																			
Outras receitas (desp.), líquido	(271)	188																																																																																																																																			
31 de dezembro de 2022	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	1 ano	2 anos	3 anos	Mais de 4 anos																																																																																																																															
Passivos financeiros não derivativos																																																																																																																																					
Financiamentos e empréstimos	19.896	-	16.049	3.847	-	-																																																																																																																															
Fornecedores	17.323	17.323	-	-	-	-																																																																																																																															
Total	37.219	17.323	16.049	3.847	-	-																																																																																																																															
Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	1 ano	2 anos	3 anos	Mais de 4 anos																																																																																																																																
Financiamentos e empréstimos	917	-	-	-	-																																																																																																																																
Fornecedores	18.301	18.301	-	-	-																																																																																																																																
Total	19.218	18.301	-	-	-																																																																																																																																
Finalidade do seguro	Importância segurada																																																																																																																																				
Compreensivo empresarial	35.400																																																																																																																																				
Responsabilidade civil geral	4.000																																																																																																																																				
Veículos	200																																																																																																																																				
Lucros cessantes	37.000																																																																																																																																				
<p>Lucro líquido</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro líquido</td> <td>10.449</td> <td>10.858</td> </tr> <tr> <td>Deduções:</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>10.449</td> <td>10.858</td> </tr> </tbody> </table> <p>Divid. mínimo obrigatório - 25%</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2022</th> <th>31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Divid. mínimo obrigatório - 25%</td> <td>2.612</td> <td>2.714</td> </tr> <tr> <td>Dividendo s/reserva de lucros</td> <td>-</td> <td>4.800</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>2.612</td> <td>7.514</td> </tr> </tbody> </table>						31/12/2022	31/12/2021	Lucro líquido	10.449	10.858	Deduções:	-	-	Total	10.449	10.858		31/12/2022	31/12/2021	Divid. mínimo obrigatório - 25%	2.612	2.714	Dividendo s/reserva de lucros	-	4.800	Total	2.612	7.514	<p>c) Risco cambial: Exposição a moeda estrangeira: A empresa utiliza cenários para avaliar o risco da exposição cambial de moeda estrangeira (Dólar norte-americano e EURO), exceto para instrumentos derivativos. A análise de sensibilidade abaixo assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a apreciação/depreciação do Real em relação ao Dólar dos Estados Unidos da América em 25% e 50%, antes dos impostos, adicionando ao cenário provável no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Base em valores nominais:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>(14.092)</td> <td>(16.382)</td> </tr> <tr> <td>Empréstimos e Financiamentos USD</td> <td>(1.968)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Empréstimos e Financiamentos EUR</td> <td>(4.746)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Exposição do balanço patrimonial</td> <td>(20.806)</td> <td>(16.382)</td> </tr> </tbody> </table> <p>As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Cotação data base</th> <th>Cenário Provável</th> <th>Cenário Possível</th> <th>Cenário Remoto</th> <th>Cenário Possível</th> <th>Cenário Remoto</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>USD</td> <td>5,22</td> <td>5,25</td> <td>6,56</td> <td>25%</td> <td>50%</td> </tr> <tr> <td>EUR</td> <td>5,57</td> <td>5,60</td> <td>7,00</td> <td>25%</td> <td>50%</td> </tr> <tr> <td>USD</td> <td></td> <td>(529)</td> <td>(21.607)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>EUR</td> <td></td> <td>(167)</td> <td>(6.813)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td>(696)</td> <td>(28.420)</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>A Empresa considera que pode existir risco relevante de exposição cambial, contudo este risco é monitorado e minimizado considerando a manutenção de empréstimos e financiamentos em dólar em montantes similares aos montantes de empréstimos e recebíveis na mesma moeda e período. d) Valor justo: Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td>5.351</td> <td>5.351</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos e empréstimos</td> <td>19.897</td> <td>19.897</td> </tr> </tbody> </table>						2022	2021	Fornecedores	(14.092)	(16.382)	Empréstimos e Financiamentos USD	(1.968)	-	Empréstimos e Financiamentos EUR	(4.746)	-	Exposição do balanço patrimonial	(20.806)	(16.382)	Cotação data base	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Possível	Cenário Remoto	USD	5,22	5,25	6,56	25%	50%	EUR	5,57	5,60	7,00	25%	50%	USD		(529)	(21.607)			EUR		(167)	(6.813)			Total		(696)	(28.420)				2022	2021	Caixa e equivalentes de caixa	5.351	5.351	Financiamentos e empréstimos	19.897	19.897	<p>20. Instrumentos Financeiros: a) Classificação dos instrumentos financeiros: Todos os instrumentos financeiros em aberto pela Empresa são classificados como sujeitos a atualização por custo amortizado, e, de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias. Os principais instrumentos financeiros da Empresa em aberto em cada data base são os seguintes:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Nota</th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativo</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caixa e equivalentes de caixa</td> <td>4</td> <td>5.351</td> <td>1.822</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de clientes</td> <td>5</td> <td>15.964</td> <td>12.329</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td>21.315</td> <td>14.151</td> </tr> </tbody> </table> <p>b) Passivo</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Financiamentos e empréstimos</td> <td>10</td> <td>(19.897)</td> <td>(918)</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>9</td> <td>(17.323)</td> <td>(18.301)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td>(37.220)</td> <td>(19.219)</td> </tr> </tbody> </table>						Nota	2022	2021	Ativo				Caixa e equivalentes de caixa	4	5.351	1.822	Contas a receber de clientes	5	15.964	12.329	Total		21.315	14.151		2022	2021	Financiamentos e empréstimos	10	(19.897)	(918)	Fornecedores	9	(17.323)	(18.301)	Total		(37.220)	(19.219)
	31/12/2022	31/12/2021																																																																																																																																			
Lucro líquido	10.449	10.858																																																																																																																																			
Deduções:	-	-																																																																																																																																			
Total	10.449	10.858																																																																																																																																			
	31/12/2022	31/12/2021																																																																																																																																			
Divid. mínimo obrigatório - 25%	2.612	2.714																																																																																																																																			
Dividendo s/reserva de lucros	-	4.800																																																																																																																																			
Total	2.612	7.514																																																																																																																																			
	2022	2021																																																																																																																																			
Fornecedores	(14.092)	(16.382)																																																																																																																																			
Empréstimos e Financiamentos USD	(1.968)	-																																																																																																																																			
Empréstimos e Financiamentos EUR	(4.746)	-																																																																																																																																			
Exposição do balanço patrimonial	(20.806)	(16.382)																																																																																																																																			
Cotação data base	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Possível	Cenário Remoto																																																																																																																																
USD	5,22	5,25	6,56	25%	50%																																																																																																																																
EUR	5,57	5,60	7,00	25%	50%																																																																																																																																
USD		(529)	(21.607)																																																																																																																																		
EUR		(167)	(6.813)																																																																																																																																		
Total		(696)	(28.420)																																																																																																																																		
	2022	2021																																																																																																																																			
Caixa e equivalentes de caixa	5.351	5.351																																																																																																																																			
Financiamentos e empréstimos	19.897	19.897																																																																																																																																			
	Nota	2022	2021																																																																																																																																		
Ativo																																																																																																																																					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.351	1.822																																																																																																																																		
Contas a receber de clientes	5	15.964	12.329																																																																																																																																		
Total		21.315	14.151																																																																																																																																		
	2022	2021																																																																																																																																			
Financiamentos e empréstimos	10	(19.897)	(918)																																																																																																																																		
Fornecedores	9	(17.323)	(18.301)																																																																																																																																		
Total		(37.220)	(19.219)																																																																																																																																		
<p>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</p> <p>Aos Administradores e Quotistas da Casa das Correntes S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Casa das Correntes S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias Empresas (NBC TG 1000 (R1)). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias Empresas (NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia</p>																																																																																																																																					
<p>do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 31 de março de 2023.</p> <p>ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S LTDA. CRC-SP015199/F</p> <p>RAQUEL LAGUNA ZABELLI CERQUEIRA Contadora CRC-RS069287/O</p>																																																																																																																																					

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- 📞 (51) 9 9649-0062

Jornal do Comércio
O Jornal de economia e negócios do RS



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC